



O reconhecimento de si na narrativa: a projeção do eu como outro em *Boyhood*, de J. M. Coetzee

Ernani Silverio Hermes^{1*} e Luana Teixeira Porto²

¹Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Av. Roraima, 97105-440, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. ²Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: ernani.hermes@gmail.com

RESUMO. Este trabalho investiga as formulações de identidade no campo literário erigidas pelo reconhecimento de si alcançado pela práxis narrativa. Tal problema é formulado a partir da obra *Boyhood*, de J. M. Coetzee (1997). A analítica do objeto literário será focalizada a partir da constituição do eu projetado no discurso por meio da construção da figura ficcional. Assim, busca-se observar como a projeção discursiva do eu como um outro implica um percurso de reconhecimento que é a base da conformação da identidade do personagem. Em uma abordagem fenomenológico-hermenêutica, recorre-se a Paul Ricoeur e Phillip Lejeune a fim de elaborar a teorização necessária para dar cabo da proposta investigativa; bem como as ideias de Walter Benjamin sobre narração e experiência. Desse modo, apoiadas na discussão teórica articulada à análise literária, as reflexões indicam para o enquadramento da narrativa como forma de organização e transmissão da experiência e espaço privilegiado para o reconhecimento de si e, por extensão, meio constituinte da identidade.

Palavras-chave: narrativa; identidade; J. M. Coetzee; escrita de si; literatura sul-africana.

Self-recognition through narrative: projecting the self as another one in J. M. Coetzee's *Boyhood*

ABSTRACT. This essay investigates identity formulation on literary field set up by the self-recognition achieved through narrative practice. This problem is shaped from J. M. Coetzee's work *Boyhood* (1997). The analysis of the literary object focuses on the constitution of the self projected on the discourse through the fictional figure. Therefore, I intend to point out how the discursive projection of the self as another one implies a course of recognition that underlies the construction of the character's identity. In an hermeneutic-phenomenological approach, I resort to Paul Ricoeur and Phillip Lejeune to make up the theoretical framework necessary to accomplish the investigative proposal; as well as Walter Benjamin ideas about narration and experience. According to the theoretical discussion and the literary analysis, the narrative is understood as a way of organization and transmission of experience and a privileged space to self-recognition and, by extension, a constitutive medium of identity.

Keywords: narrative; identity; J. M. Coetzee; self-writing; south african literature.

Received on October 6, 2021.

Accepted on April 4, 2022.

Introdução¹

O homem é uma ilha, [...]. É necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós (Saramago, 1988, p. 10).

O ato narrativo configura-se, no centro das realizações humanas, como organizador e transmissor da experiência vivida. Partindo de tal prerrogativa, concentramo-nos em investigar como o sujeito transforma em matéria narrativa a sua experiência no mundo e, por meio disso, empreende um processo de reconhecimento de si na e pela narração. Ao considerar a problemática exposta, tomamos como *corpus* de estudo a narrativa autobiográfica *Boyhood* (1997), do escritor sul-africano John Maxwell Coetzee. A partir das singularidades e propriedades estéticas e das temáticas abordadas, conseguimos problematizar as questões referentes ao reconhecimento e às formulações da identidade.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Finance Code 001.

Isso posto, objetivamos desenvolver um estudo sobre as formas de reconhecimento de si por meio da narrativa a partir da interpretação do texto literário que compõe o *corpus*. Para dar cabo de tal intento, propomo-nos a investigar as formas do sujeito reconhecer a si mesmo por meio da projeção da experiência vivida na narrativa literária, bem como elaborar estudo sobre as modalidades de escrita de si e as suas relações com a constituição da identidade. Ainda, pretendemos apresentar uma análise do objeto eleito focalizando a constituição do eu pela lente da construção da figura ficcional.

Desse modo, a problemática central deste trabalho diz respeito ao reconhecimento de si intrincado na narrativa e os seus desdobramentos no processo de formulação da identidade focalizado pela constituição do eu. Assim, problematizamos o reconhecimento de si projetado na narrativa e as suas respectivas estratégias estético-discursivas, a relação entre o reconhecimento de si e o pacto autobiográfico estabelecido, bem como os imbricamentos entre a narração e a identidade.

Nesse sentido, buscamos, no âmbito da Teoria da Literatura, perspectivas teóricas na abordagem fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur (2006, 2010a, 2010b, 2014). Recorremos, de igual modo, às considerações de Walter Benjamin (2012) sobre narração e experiência e de Phillip Lejeune (2014) a respeito da narrativa autobiográfica. Além disso, trazemos outras fontes para dar conta das definições necessárias à teorização do trabalho à medida que o percurso analítico requerer.

O trabalho é estruturado em duas partes. Na primeira, teórica, tratamos das pontuações acerca das escritas de si e do conceito de identidade narrativa. Em seguida, apresentamos a análise do objeto de estudo e, por fim, as considerações que fecham o trabalho.

Escrita de si e identidade narrativa

O ato de narrar ocupa lugar de destaque no rol das atividades humanas, pois supre as necessidades do sujeito comunicar-se, dar sentido a sua existência e estabelecer contato com o outro. Isto é, na narração o sujeito encontra-se consigo mesmo e com o outro. É por essa asserção que direcionamos as reflexões aqui propostas; a partir desta, temos por questionamento central como o indivíduo transforma em material poético a sua experiência vivida e, desse modo, formula sua identidade e se reconhece como ser.

“Todos os homens que andam na rua são homens-narrativas, e por isso conseguem parar em pé” (Lejeune, 2014, p. 121). A afirmação do crítico francês Phillip Lejeune carrega a síntese da estreita relação entre a constituição do sujeito como tal e a atividade humana de narrar. Uma vez que a cada ser humano subjaz uma história de vida desenrolada em um tempo e em um espaço, e é isso que faz com que ele assim se defina.

As histórias de vida estão além da escrita: revelam-se em uma conversa sem registro formal ou em uma reelaboração individual e imaginativa da experiência efetuada no âmbito do pensamento. Contudo, independente da forma, é inerente a todo ser humano contar a sua vida, uma vez que, como afirma Benjamin (2012), todo ato narrativo é veículo da transmissão da experiência humana.

No pensamento deste filósofo, a narrativa tradicional se fundamenta na experiência, em alemão *Erfahrung*, cujo peso semântico refere-se a atravessar uma região. Essa forma artesanal de comunicar se edifica enquanto práxis narrativa pela “[...] faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 2012, p. 213). O narrador é a figura que percorre, que atravessa, esse espaço geográfico, e também temporal, e se desdobra em um ofício de intercambiar esse saber sobre a vida construído nesse percurso que, por sua vez, se imbrica com a tradição.

Contudo, Benjamin (2012, p. 217) observa que com a emergência do projeto da modernidade, essa forma de narrativa entra em declínio. A partir de então a experiência se constitui de forma fragmentada, sem o embasamento da tradição, a *Erlebnis*, a vivência.

Assim, ao resgatar a argumentação de Benjamin (2012), ainda que de forma não demorada, pode-se averiguar a narrativa como uma projeção da matéria vivida. É pela articulação narrativa que o sujeito organiza e transmite a sua história de vida e desvela as suas malhas de subjetividade.

Desse modo, é evidente que o sujeito dá sentido ao vivido por meio da linguagem. Mais especificamente no campo escritural irrompe a autobiografia: da língua grega, *autos* significando eu; *bios*, vida; e *graphein*, escrita. Por esse desmembramento morfológico do vocábulo, é dedutível que seu sentido seja de escrever a vida; todavia, a escrita da vida de um “eu”, ou seja, é a escrita da própria vida que define o gênero autobiográfico. Essa definição pautada na morfologia do termo não se distancia daquela fornecida por Lejeune, da autobiografia como uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2014, p. 16).

Para além das problematizações cabíveis a uma definição fechada, em certo grau, a um gênero literário, ela é bastante válida para dar início às discussões. O próprio autor, em outro momento, faz uma ressalva sobre a forma em prosa da autobiografia, haja vista a existência de poemas autobiográficos. Sequencialmente, o autor explica que a autobiografia é o contar a sua própria história de vida e, por extensão, dar forma às tramas subjetivas que se enredam pelo curso da existência.

O crítico francês traz a lume o elemento balizador da autobiografia: o pacto autobiográfico. Lejeune, ao diferenciar a autobiografia do romance autobiográfico, entende que uma análise exclusivamente interna do texto não será suficiente, pois é preciso sair do miolo do livro, fala-se aqui da página do título,

[...] pois desde o momento em que a englobamos ao texto, com o nome do autor, passamos a dispor de um critério textual geral, a identidade do 'nome' (autor-narrador-personagem). O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto dessa identidade, remetendo, em última instância, ao 'nome' do autor, escrito na capa do livro (Lejeune, 2014, p. 30, grifos do autor).

Assim, a matéria constituinte da autobiografia é a relação de identidade que se estabelece entre essas três figuras, a saber, o autor, o narrador e o personagem. Esta é, segundo o autor, pautada não pela fidelidade, que implicaria uma problemática de verificação empírica das semelhanças, mas, sim, de uma relação de autenticidade que gira em torno da identidade nominal. Isso porque dessa forma há uma intenção de manter o pacto estabelecido, nesse sentido “[...] sabe-se muito bem o quanto cada um de nós preza pelo seu próprio nome” (Lejeune, 2014, p. 31).

Se, de um lado do pacto, está o ser que escreve/conta/participa da história, do outro está o leitor. Nos termos de Lejeune (2014, p. 54, grifo do autor), a relação contratual do pacto é algo “[...] proposto do 'autor' ao 'leitor'”. Ainda, o crítico explica as duas formas pelas quais pode ser efetivada a relação de identidade que fundamenta o pacto: a primeira trabalha a ideia de estar implícita por meio do uso de títulos ou pelo narrador comprometer-se com o leitor como se fosse o autor; e a segunda entende a exatidão nominal assumida entre o narrador-personagem como o nome do autor impresso na capa. Maria Luiza Ritzel Remédios, em *Literatura Confessional: autobiografia e ficcionalidade* (1997), sobre a relação entre autor e leitor, explica que:

Parece que a literatura confessional é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala de um 'eu', de uma pessoa viva que ali se encontra e que diante do leitor desnuda sua vida, estabelecendo-se, então, uma perfeita união entre autor e leitor (Remédios, 1997, p. 9, grifo da autora).

A autobiografia, estruturada pelo pacto, pode ser entendida, então, como um texto “[...] em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si” (Lejeune, 2014, p. 63). Esse discurso é enquadrado em dois sistemas: o referencial, com pretensões de compromisso com o real, e o literário, que não se veste de tais aspirações e, ainda, “[...] mobiliza as crenças do primeiro sistema” (Lejeune, 2014, p. 67).

O crítico se estende, também, em uma discussão sobre as implicações de verdade na escritura autobiográfica: sobre a ficcionalidade *versus* as verificações de semelhança entre o texto e o real. O autor expõe essa discussão sob a égide da linguística, da teoria da enunciação de Émile Benveniste, o que, nos termos do próprio autor, limita a uma “[...] pragmática literária” (Lejeune, 2014, p. 75). Para além dessa perspectiva, que tem seus méritos e limitações, sugiro uma análise histórica do gênero, voltando, portanto, ao berço da autobiografia.

Na cultura ocidental, o grande modelo e, também, grande precursor do gênero autobiográfico, posteriormente ramificado nas várias modalidades de escrita de si, é as *Confissões*, de Santo Agostinho (2004). Nessa obra, o Bispo de Hipona faz uma reformulação do vivido por meio da confissão dos seus pecados, implicando uma densa introspecção psicológica. Em seu projeto confessional, trabalha o sofrimento advindo do ato pecaminoso e a busca pela redenção por meio da confissão. É, pois, no ato testemunhal de desnudar os próprios pecados que o homem se coloca como uma parte da criação divina e, ao imputar sobre si seus pecados, está a adorar ao criador. Essa lógica agostiniana impõe sobre a escrita da vida um ideal de 'verdade' advindo da ética cristã, uma vez que o ato religioso da confissão implica um relato da realidade empírica que pode ser posta sob critérios de verificação.

Sobre isso, Paul Ricoeur entende que:

Se nos tornamos cegos para essas modalidades de enraizamento e de pertencimento que precedem a relação de um sujeito com objetos é porque ratificamos de maneira não-crítica um certo conceito de verdade, definido pela adequação a um real de objetos e submetido ao critério da verificação e da falsificação empíricas. O discurso poético questiona precisamente esses conceitos não criticados de adequação e de verificação. Ao fazer isso, ele questiona a redução da função referencial ao discurso descritivo e abre o campo de uma referência não-descritiva do mundo (Ricoeur apud Gagnebin, 1997, p. 265).

Sendo, portanto, o gênero autobiográfico também um discurso poético, suas tessituras questionam esses ideais de verdade e não pode ser posto à verificação empírica. É essa desconstrução do real que faz com que a escrita da própria vida, de um modo geral, não seja colocada sob o prisma de uma realidade empiricamente factual, mas, sim, como uma reelaboração do vivido que, em suas articulações retóricas e estéticas, imbrica a memória, a imaginação e a insaciável sede por identidade.

Pelo que se discute, um caminho possível é pensar a autobiografia como a representação de uma história de vida concretizada discursivamente por um autor, manipulada por um narrador e que conta com um personagem, no nível da história, que encena as ações. Segundo Márcia Vescovi Fortunato (2012, p. 161), “[...] escrever uma autobiografia é transpor uma representação de si mesmo para o papel”. Ao pensarmos a partir de tais termos, se impõe a necessidade de discutir o próprio conceito de representação.

Esse conceito é central na Teoria Literária e suas discussões são tão antigas quanto a própria reflexão sobre a literatura. Ainda na Grécia Antiga, Platão e Aristóteles se preocuparam com as questões concernentes a como a arte representa o mundo. Naquela cultura e língua a representação era *mimesis*. Como explica Gagnebin (1993, p. 68, grifo da autora), “[...] ‘representação’ artística em geral é chamada de *mimesis*. A tradução por ‘imitação’ empobrece muito o sentido. Os gregos clássicos pensam sempre a arte como uma figuração enraizada na *mimesis*, na representação”.

A *mimesis* (representação) pode ser entendida a partir de Paul Ricoeur (2010b) como a construção discursiva de uma imagem de mundo, como um processo de figuração do mundo, em que se semiotiza uma imagística da realidade. Para o autor francês, esse processo se efetiva de uma forma tríplice, ou seja, em três estágios. No primeiro, *mimesis* I, a prefiguração do mundo, em que o leitor tem uma cosmovisão cristalizada e se aproxima do texto. Em sequência, *mimesis* II opera a mediação dos dois estágios, pois a ela compete a configuração textual do mundo na narrativa. E, por fim, a *mimesis* III que estabelece a refiguração do mundo, efetivada no ato da leitura, em que o leitor, a partir da sua prefiguração de mundo o refigura com base no universo exposto pela diegese.

Considerando essa reflexão sobre as dinâmicas representacionais e as aproximando da autobiografia, é possível visualizar tais mecanismos. O leitor se aproxima do discurso autobiográfico imbuído de uma visão de mundo e também de um conhecimento prévio sobre o gênero textual, o leitor se prepara para se embrenhar no enredo de uma história de vida. Assim, entra em contato com o mundo aberto pela realidade diegética e pelas ações ali encenadas. Esse movimento dialético culmina na síntese, ou seja, na refiguração, em que o leitor ressignifica, abstrai sentidos daquela história de vida. Assim, emerge aos olhos do leitor uma imagem de si que é matéria central do discurso autobiográfico. E, desse modo, a constituição desse si, operacionalizada enquanto representação do sujeito, abre campo para o desvelamento das identidades.

Fazemos essa exposição para esclarecer que o propósito desta reflexão não é uma análise da autobiografia, das escritas de si, com intenções de comparações e buscas de semelhanças entre o texto e o real; isto é buscar definições documentais em um discurso imbuído de ficcionalidade. Do mesmo modo, não nos ocupamos de classificações dos vários gêneros que compõem as escritas de si, isso pela complexidade do gênero autobiográfico

La realidad desborda, por su complejidad, todo intento de clasificación exhaustiva y cerrada. Sobre todo cuando se quieren establecer tipologías válidas para cualquier época y lugar. Lo que sea una autobiografía, unas memorias, un testimonio, unos recuerdos, unas impresiones, un autorretrato, unas confesiones, un diario, una agenda, un libro de familia, un libro de cuentas, un libro de razón, una carta, un epistolario, un libro de anotaciones y recortes, un álbum de fotografías o recuerdos, un dietario, un carnet, un libro de notas, un diario o cuaderno de clase, una relación de méritos, una hoja de servicios, un *currículum vitae* etc, es algo cambiante en el espacio y en el tiempo, además de no corresponder, en ocasiones, su contenido real con su denominación formal (Viñao, 2000, p. 12, tradução nossa)².

A complexidade das escritas de si e sua mutação no tempo e espaço, como expõe o autor espanhol, fazem com que a classificação e divisão em tipologias não necessariamente corresponda com o real. Também, não nos atemos a esse aspecto pela grande variedade de hibridismos existentes entre as modalidades postas, uma vez que “[...] o limite entre um gênero e outro é bastante tênue, assim como o entrecruzamento desses gêneros é comum” (Remédios, 1997, p. 9).

² “A realidade transborda, por sua complexidade, a qualquer tentativa de classificação é exhaustiva e fechada. Sobretudo quando se quer estabelecer tipologias válidas para qualquer época e lugar. Qualquer que seja uma autobiografia, algumas memórias, um testemunho, algumas recordações, algumas impressões, um autorretrato, algumas confissões, um diário, uma agenda, um álbum de família, um livro de contas, livro razão, uma carta, um livro de anotações e recortes, um álbum de fotografia ou recordações, um cartão, um memorando, um diário ou caderno de aula, uma lista de méritos, uma ordem de serviços, um currículo *vitae*, é algo variável no espaço e no tempo, além de não corresponder, às vezes, seu conteúdo real com a sua demonstração formal”.

O que buscamos, portanto, não é desnudar verdades ou determinar tipologias, mas enquadrar a escrita de si como uma forma de projeção do eu na narrativa e, por extensão, uma forma do sujeito se reconhecer e formular identidade. Este trabalho, por sua vez, desenvolvido com base no conceito de identidade narrativa, proposto pela fenomenologia de Paul Ricoeur, realiza uma análise fenomenológica do eu na narrativa literária.

A abordagem fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur enquadra a identidade como uma construção balizada pelo agir do sujeito e pelos desdobramentos narrativos. Desse modo, ainda que em perspectivas teóricas distintas, ambos entendem a ação do sujeito no mundo como elemento definidor da identidade.

As reflexões sobre a identidade narrativa de Ricoeur (2010a) iniciam em *Tempo e Narrativa III*. Nessa obra, o teórico propõe duas concepções: a primeira diz respeito ao resultado do processo de referenciação entre ficção e história que encerra na mediação da temporalidade humana; e a segunda, por sua vez, compreende a identidade formulada via narrativa.

Ricoeur enquadra a identidade como uma categoria prática que se fundamenta pelo agir humano. Retomando Hannah Arendt, o filósofo entende que

Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à pergunta: ‘quem’ fez tal ação? ‘Quem’ é seu agente, seu autor? Para começar responde-se a essa pergunta nomeando alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? O que justifica que se considere que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de toda uma vida que se estende do nascimento até a morte? A resposta tem de ser narrativa (Ricoeur, 2010a, p. 418, grifo do autor).

Desse modo, a identidade de um sujeito ou de uma comunidade é balizada pela ação; ou seja, a identidade é projetada ao nomear quem foi o agente da ação. E, ainda, o que dá sustentação à resposta nominal da ação é a narrativa. Isso ocorre em vista de que “[...] a história contada diz o quem da ação. Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa” (Ricoeur, 2010a, p. 418, grifo do autor).

Até aqui, a identidade narrativa é entendida como a identidade pessoal projetada no ato narrativo. Tal procedimento é intrincado pela interpretação que o sujeito faz da própria vida que é subjacente à narração; uma vez que “[...] o si do conhecimento de si é fruto de uma vida examinada” (Ricoeur, 2010a, p. 419).

Deste ponto de análise, a narrativa, estruturada pela tríplice mimética, é *mimesis* da ação humana e, por excelência, uma forma de significação da experiência configurada no tempo. Como o próprio autor explica, em *Tempo e Narrativa I*, “[...] a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricoeur, 2010b, p. 09). Isto é, a plenitude do ato narrativo se projeta pela apreensão e elaboração de significados da experiência no mundo implicada em temporalidade.

Após as discussões propostas por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, o filósofo francês retoma a questão da identidade implicada no ato de narrar na obra *O si-mesmo como outro* (2014). No prefácio, o autor inicia as problematizações acerca do conceito de ipseidade, destacando as bases filosóficas que sustentam a discussão. A primeira diz respeito ao emprego da primeira pessoa gramatical – ‘eu / I / moi’ – e do pronome reflexivo – no francês, *soi*, em inglês, *self* e no português, ‘si’. Nesse ponto é observada a forma como o sujeito se projeta gramaticalmente no discurso. A segunda asserção associa-se à distinção entre identidade-‘idem’ e identidade-‘ipse’, ou seja, mesmidade e ipseidade, respectivamente, significando os aspectos da identidade que apresentam estado de permanência no tempo e os que se colocam como mutáveis e variáveis em relação ao tempo imbuídos de uma capacidade reflexiva de si. E, por fim, a terceira base compreende a relação entre a ipseidade e a alteridade; isto é, os desdobramentos que se colocam entre os aspectos mutáveis da identidade e a relação do si com o outro. Em síntese, o que estrutura as reflexões de *O si-mesmo como outro* é o uso da primeira pessoa do discurso, a dialética mesmidade e ipseidade, bem como a relação ipseidade e alteridade.

Seguindo no itinerário de reflexão de Ricoeur, em *Percurso do reconhecimento* (2006), o filósofo desenvolve a ideia da fenomenologia do homem capaz. Por essa perspectiva, o sujeito é capaz de determinadas realizações, como o reconhecimento de si. O estado de reconhecer a si mesmo é produto de um processo reflexivo. Ou seja, é pelo desenvolvimento de uma consciência reflexiva de si que o sujeito se reconhece; isso sem deixar escapar a relação com o outro, a alteridade. É por esse meio que emerge o ser reconhecido. Todavia, isso é resultado de um longo processo, como explica Ricoeur (2006, p. 109):

No trajeto aberto pelo ato soberano do reconhecimento/identificação, [...] o reconhecimento de si, em virtude dessa última dialética [identidade e alteridade], abre também o caminho para a problemática do ser reconhecido, implicado pela exigência de reconhecimento mútuo [...]. Nesse sentido, o reconhecimento de si mesmo ocupa um lugar mediano nesse longo trajeto em razão precisamente dos traços de alteridade que, no âmago da autodesignação do sujeito das capacidades que indica a gramática do — eu posso, se associam aos outros dois traços [...]: a

caracterização da ação pelas capacidades em que elas constituem o efetuar-se, e o desvio da reflexão pelo lado objetual das experiências consideradas.

A partir desse trajeto marcado pela reflexão sobre si e pela alteridade, são definidas as capacidades do homem mobilizadas nesse percurso: poder dizer, poder fazer, poder narrar e narrar-se e o poder responsabilizar-se.

O poder dizer é uma das capacidades que fazem com que o sujeito se reconheça. Ricoeur usa, para ilustrar essa primeira capacidade, os personagens da epopeia grega, pois pela fala “[...] eles se nomeiam quando se fazem reconhecer, eles se interpretam a si mesmos quando se desmentem [...]” (Ricoeur, 2006, p. 109). O autor caracteriza o dizer como uma extensão do agir e, dessa forma, como um ponto das capacidades que impelem ao reconhecimento.

No que diz respeito ao poder fazer, Ricoeur (2006, p. 111, grifo do autor) explica que “[...] desse ‘fazer ocorrer’ o sujeito pode se reconhecer como a ‘causa’ em uma declaração do tipo: fui eu que fiz”. Em outros termos, a ação no mundo importa para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva de si. A identidade como categoria prática, portanto, é balizada pelo agir do indivíduo, pois a ação é que difere o si do seu outro e é mimetizada pela narrativa como forma de problematização da identidade.

A terceira, e que mais auxilia o percurso analítico sobre Coetzee, é a capacidade do homem narrar e narrar-se, uma vez que é aqui que Ricoeur (2006, p. 114, grifo do autor) vai se dedicar à “[...] problemática da identidade pessoal ligada ao ato de narrar [...]”; sendo “[...] sob a forma reflexiva do ‘narrar-se’, a identidade pessoal se projeta como identidade narrativa”. Isto porque é exclusivamente pela narração que a identidade narrativa toma forma. E, dessa forma, o ser que narra se reconhece pela reelaboração da sua história de vida, que é resultado da dialética entre a identidade de si e da identidade do outro – a alteridade – e da dialética entre a mesmidade e ipseidade.

A quarta capacidade da fenomenologia do homem capaz é a da imputabilidade. Aqui, colocam-se duas questões: a ação e a narração; isto é, a capacidade do sujeito responsabilizar-se tanto pelas suas ações quanto pela narração da própria vida. Nesse sentido, os desdobramentos narrativos dados à identidade se relacionam intimamente com a ação, o que é explicado por Ricoeur (2006, p. 119):

Partamos dos predicados designados à própria ação sob o título da imputabilidade: são predicados ético-morais ligados seja à ideia do bem, seja à obrigação, que permitem julgar e avaliar as ações consideradas boas ou más, permitidas ou proibidas; quando esses predicados se aplicam reflexivamente aos próprios agentes, estes são ditos capazes de imputação.

Pela capacidade de imputar, o sujeito faz uma reelaboração das próprias ações por meio das predicções éticas implicadas à ação e, posteriormente, aplicadas ao agente da ação. Nessa perspectiva, Ricoeur (2006) expõe um dos pontos centrais da sua filosofia do indivíduo: o sujeito se constitui tanto na dimensão social quanto na dimensão ética. Isto é, o campo da ação propriamente dito e a reflexão sobre a ação; ou seja, a constituição do sujeito é a ação e a reflexão desta pela imputação de predicados ético-morais elaborados, sobretudo, no ato narrativo.

A fenomenologia do homem capaz, portanto, defende a ideia de que o sujeito se reconhece como tal por meio da capacidade de falar, agir, narrar e imputar. Assim, a narrativa é enquadrada como *mímesis* da ação humana e se torna espaço privilegiado de reflexão do si e, pelos desdobramentos da identidade narrativa imbricados à dialética entre mesmidade/ipseidade e ipseidade/alteridade, é meio balizador do reconhecimento de si.

***Boyhood*, de J. M. Coetzee: o ‘eu’ como ‘outro’**

Em 1994, J. M. Coetzee iniciou seu projeto autobiográfico com *Boyhood*, seguido por *Youth* (2002) e *Summertime* (2009). O primeiro livro, tomado aqui como objeto de estudo, apresenta como plano primeiro a infância de John, tendo como personagens o seu núcleo familiar, bem como pessoas próximas à família e colegas de escola. A partir disso, a trama se ambienta oscilando entre o ambiente doméstico, escolar e propriedades rurais da família. De caráter linear, a narrativa situa-se, historicamente, no período do *Apartheid* na África do Sul, que é baliza para os planos mais profundos da narração, implicando no processo de reconhecimento da figura ficcional.

A trilogia de teor autobiográfico, intitulada *Scenes from provincial life*, mescla o real e o ficcional em uma narrativa arquitetada com recursos discursivos singulares. O que chama atenção é narrar a própria vida

utilizando a terceira pessoa do discurso, na língua inglesa, *he*. Ao tratar do pacto autobiográfico, Lejeune (2014) já prevê um arranjo de discurso como o operado pelo escritor sul-africano. O teórico declara que na maioria dos casos de autobiografia há uma narração autodiegética, pela correspondência entre narrador e personagem principal; todavia, descreve possibilidades que fogem a esse caso. A primeira delas é a de uma narração homodiegética, em que o narrador, em primeira pessoa, se difere do personagem principal. E, por fim, o caso que elucida as escolhas estético-formais de Coetzee, em que há uma relação de identidade mediada pela terceira pessoa do discurso, sendo que

Essa identidade, embora não seja mais estabelecida no texto pelo emprego do ‘eu’, é estabelecida indiretamente, mas sem nenhuma ambiguidade, através da dupla equação: autor = narrador e autor = personagem, donde se deduz que narrador = personagem, mesmo se o narrador permanecer implícito. Este procedimento corresponde, ao pé da letra, ao sentido primeiro da palavra autobiografia: é uma biografia, escrita pelo interessado, mas escrita como uma simples biografia (Lejeune, 2014, p. 19, grifo do autor).

Na primeira linha do texto o narrador diz “they live on a housing estate outside the town of Worcester” (p. 1, tradução nossa)³. O uso do pronome *they*, terceira pessoa do plural, indica que o narrador fala de um grupo de pessoas do qual ele não faz parte. Da mesma forma, a primeira vez que o narrador cita o personagem principal, diz: “He shudders and turns away” (p. 2, tradução nossa)⁵, empregando, assim, o pronome referente à terceira pessoa gramatical, delimitando um ‘outro’. Na primeira vez que o personagem enuncia na narrativa, tem-se a diferença entre as duas vozes: “‘I’ couldn’t walk, ‘I’ had blisters on my feet from the tennis’, ‘he’ whispers back” (p. 10, grifo nosso, tradução nossa)⁶. No texto, pois, há a presença de duas vozes, uma do narrador e uma do personagem, mas que mantêm uma relação de identidade entre si.

A relação de identidade se estabelece, segundo Lejeune (2014), pela relação nominal. Na narrativa essa relação é estabelecida quando o pai chama pelo personagem principal dizendo “Where is John?” (p. 103, tradução nossa)⁷. O mesmo acontece com o nome da família, Coetzee: “His grandfather is the only Coetzee there” (p. 97, tradução nossa)⁸. John, desse modo, refere-se ao personagem, cujo sobrenome é Coetzee, que corresponde ao autor – John Maxwell Coetzee – e, pela equação posta pelo teórico, é ainda o narrador.

Ditas as propriedades de natureza estético-formais da narrativa em relação aos elementos constituintes da autobiografia, concentramo-nos, então, nas implicações de sentido resultantes de tal operação discursiva. Para tanto, procuramos analisar o texto literário a partir dos conceitos de identidade narrativa e fenomenologia do homem capaz, ambos do crítico francês Paul Ricoeur. Isto porque ambos os conceitos se imbricam ao tornarem-se lentes para a analítica do itinerário constitutivo do *eu* visualizado, na narrativa, pela configuração da figura ficcional. Isto que é efetivado no decorrer da narrativa e reforçado pelas tramas subjetivas, históricas e culturais que impulsionam ao reconhecimento e à constituição identitária.

A articulação discursiva do ‘eu’ projeta na narrativa o si como um outro. Desse modo, o ‘outro’ não concerne a um outro ser, a uma outra pessoa, mas, sim, a uma outra figura. Observamos, pela equação de Lejeune (2014), que há diferentes figuras – personagem/autor/narrador – que estabelecem uma unidade identitária: é o mesmo ser desdobrado em diferentes figuras; não sendo três figuras ontológicas, mas apenas uma, dividida, que se projeta como outras duas: o eu autoral que se projeta como narrador e também como personagem. Ou seja, o autor projeta o seu *eu* no ato narrativo, mas como se fosse uma terceira pessoa, um ‘outro’. O que intentamos a partir de agora é explorar a temática da diferença, expressa no texto literário a partir de situações discriminatórias observadas pelas lentes infantis do personagem e do narrador. Tal temática impulsiona a projeção do si como outro, uma vez que é a experiência das suspeitas do preconceito que erige a necessidade de reconhecer-se em meio a esta realidade marcada por estigmas, ou seja, é o mote para projetar-se como outro a fim de organizar a matéria vivida na narração.

Entendemos, portanto, que o centro dessa necessidade de se afastar de si mesmo para narrar a própria vida está no fato de ele não entender as diferenças que o cercam. Isto é, ele necessita afastar-se de si mesmo para reelaborar as experiências da infância, quando ele não entendia as diferenças que o cercavam. O que se impõe de uma forma bastante aguda pelas diferenças étnico-raciais estruturadas pelo sistema do *Apartheid*.

³ “Eles moram em um conjunto habitacional fora da cidade de Worcester”.

⁴ Todas as citações do *corpus* são extraídas da seguinte edição: Coetzee, J. M. (1997). *Boyhood: scenes from provincial life*. New York, NY: Viking Penguin. Passamos, portanto, a indicar apenas a página. Ainda, optamos por apresentar as citações no original, na língua inglesa, no corpo do texto e as traduções em notas de rodapé, tendo em vista que analisamos o uso de termos específicos em Inglês.

⁵ “Ele estremece e se vira”.

⁶ “Eu não podia caminhar, eu tinha bolhas dos tênis nos meus pés”, ele sussurrou de volta”.

⁷ “Onde está John?”.

⁸ “Seu avô é o único Coetzee por lá”.

Do mesmo modo, não deixamos de perceber que esse afastamento de si é uma tomada de distância das suas experiências enquanto criança. Isto é, ele, enquanto narrador que mantém uma relação de identidade com o eu autoral, já adulto, não é mais aquela criança que não entendia as estruturas sociais atravessadas pelo racismo. Contudo, neste romance inicial da trilogia, cujo título remete a essa fase da vida, o que está no primeiro plano é o dilema do personagem em entender a si mesmo e o mundo.

As inquietações sobre as diferenças têm início no próprio ambiente familiar, quando não entende as divergências entre seu pai e sua mãe, entre homens e mulheres. O que fica evidente ao relatar que:

His father cannot hide his glee. Woman do not ride bicycles, he says. His mother remains defiant. I will not be a prisoner on this house, she says. I will be free. [...] Women don't ride bicycles: what if his father is right? If his mother can find no one willing to teach her, if no other housewife in Reunion Park has a bicycle, then perhaps women are indeed not supposed to ride bicycles. (p. 3, tradução nossa)⁹.

A diferença aqui é representada pelo fato de mulheres poderem, ou não, andar de bicicleta. O jovem John não consegue entender o porquê de sua mãe não poder andar de bicicleta. Algo que merece atenção é a forma como se constrói um pensamento; pois, se nenhuma outra mulher fazia tal atividade, torna-se natural que sua mãe também seja privada dela. Contudo, o que o inquieta é essa diferença estabelecida entre seu pai, homem, e sua mãe, mulher. Nesse ponto da trama há a gênese de um processo de tentar entender-se em meio às diferenças que o cercam e, nesse contexto, construir a sua identidade.

As marcas da diferença são registradas em outras esferas da vida social, como, na escola, a questão religiosa. Quando a professora lhe questiona sobre a sua religião, ele responde ser católico romano, mas anuncia que isto é “[...] the great secret of his school life” (p. 18, tradução nossa)¹⁰. O meio escolar em que ele está contempla cristãos, católicos romanos e judeus e, novamente, John tem dificuldade em entender as diferenças existentes entre esses grupos. Isto posto, é necessário fazer uma ressalva, uma vez que a diferença é parte constituinte do indivíduo e dos grupos sociais; todavia, o que John não consegue é se situar diante dos estigmas provenientes das diferenças, culminando em segregação e violência.

Observamos, nesses eventos e nos que sucedem, que as marcas de estigma, as situações de discriminação, são colocadas de uma maneira muito sutil, justamente por serem vocalizadas por uma criança. Esconder ter dito ser católico e não entender por que sua mãe não pode andar de bicicleta são os acontecimentos iniciais que o fazem se inquietar com os estigmas raciais e sociais que estavam por vir.

Ainda na ambiência escolar, chama a atenção de John dois meninos, os primeiros da classe baixa: “They are poor, so poor that they own neither jerseys nor blazers nor shoes” (p. 56, tradução nossa)¹¹. Essa realidade é distante da do personagem, uma vez que o distanciamento se coloca discursivamente pelos termos de intensidade postos no enunciado, desse modo, demarcando uma diferença de classe que se assoma às demais observadas por John. A partir disso, o leitor acompanha um processo de tentar entender o mundo ao ter confrontada a sua realidade com a do outro, o que corrobora com a necessidade de se entender nesse mundo.

Na sequência, John conhece Eddie, um menino não branco, que vive em condições muito contrastantes às suas: “Every weekend Eddie had to give himself a bath, standing in a footbath in the servant's lavatory and washing himself with a soapy rag” (p. 76, tradução nossa)¹². O discurso do personagem demarca o distanciamento das realidades sociais a que ambos pertencem. Neste ponto, é pertinente observar o estranhamento com que John observa essa realidade tão diferente da sua, principalmente por Eddie ir para um reformatório. Quando questiona sua mãe sobre isso, ela responde: “People like that always end up in a reformatory, and then in jail.” (p. 76, tradução nossa)¹³. O discurso da mãe reforça o estranhamento e distanciamento que a família Coetzee tem daquele menino, expressado textualmente por ‘like that’, ou seja, referir-se a Eddie de tal maneira demarca que estão em posições sociais distintas. O fechamento vem com a fala do narrador, que expressa o pensamento de John: “He does not understand her bitterness against Eddie” (p. 76, tradução nossa)¹⁴. Essa falta de entendimento, da amargura com que a mãe se refere ao conhecido reverbera o não entendimento acerca dos estigmas provenientes das diferenças de raça e classe.

⁹ “Seu pai não consegue esconder a alegria. Mulher não pode andar de bicicleta., ele diz. Sua mãe permanece desafiante. Eu não vou ser uma prisioneira nesta casa, ela diz. Eu vou ser livre. [...] Mulheres não andam de bicicleta: e se seu pai estiver certo? E se sua mãe não encontrar alguém com vontade de ensiná-la, e se nenhuma outra dona de casa na Reunion Park tiver uma bicicleta, então talvez as mulheres de fato não devem andar de bicicleta”.

¹⁰ “O grande segredo da sua vida escolar”.

¹¹ “Eles são pobres, tão pobres que eles não possuem camisas, nem casacos, ou sapatos”.

¹² “Todo final de semana Eddie tinha que tomar banho, em pé na bacia no banheiro dos empregados se lavando com um trapo ensaboado”.

¹³ “Pessoas assim sempre acabam em um reformatório e depois na cadeia”.

¹⁴ “Ele não entende seu rancor contra Eddie”.

Na fazenda, John conhece Tryn e Lientijie, duas empregadas da casa, e fica perturbado com a relação que é obrigado a ter com elas:

For the truth is that it is embarrassing to have Tryn and Lientijie in house. He does not like it when he passes Lientijie in the passage and she has to pretend she is invisible and he has to pretend she is not there. He does not like to see Tryn on her knees at the washtub washing his clothes. He does not know how to answer her when she speaks to him in the third person, calling him 'die .kleinbaas,' the little master, as if he were not present. It is all deeply embarrassing. (p. 86, tradução nossa)¹⁵.

O que está acima de seu entendimento é a relação de poder que emerge entre ele, um menino branco, familiar do patrão, e duas empregadas, mulheres negras. Isso que se materializa pelo estranhamento apresentado pela distância social que os separa: podem estar no mesmo espaço, mas desempenhando papéis sociais diferentes e em posições muito distintas. O tratamento linguístico que elas empregam ao se referir a ele, pequeno senhor, representa a marca da diferença entre os grupos sociais. As estruturas sociais atravessadas pelo uso da língua, portanto, estabelecem os estigmas advindos das marcas de diferença entre os grupos e as posições ocupadas; contudo, tal situação não é compreendida pelo personagem.

Na fazenda da família, embora tenha observado o tratamento das empregadas, ele tinha a possibilidade de brincar, ainda que por não haver outra possibilidade, com as crianças que não eram brancas: “[...] there was no one to play with but the Coloured¹⁶ children” (p. 125, tradução nossa)¹⁷. É ali que ele vê os estigmas mais atenuados, sendo uma possibilidade de lugar a que ele poderia pertencer, por isso diz que

‘The farm belongs to me’. The farm will never belong to him, he will never be more than a visitor: he accepts that. The thought of actually living on Voëlfontein, of calling the great old house his home, of no longer having to ask permission to do what he wants to do, turns him giddy; he thrusts it away. ‘I belong to the farm’: that is the furthest he is prepared to go, even in his most secret heart (p. 96, grifo do autor, tradução nossa)¹⁸.

Desse modo, a fazenda se torna o lugar das possibilidades, onde podia brincar naturalmente com as crianças negras. Ali os estigmas da diferença não o afetam da mesma forma que nos espaços urbanos. Assim, consegue dizer que ele pertence àquele lugar; no discurso, observa-se a ocorrência do modelo indireto livre, a parte em itálico demarca a fala do personagem misturada com a do narrador, pois aqui ele consegue enunciar o seu lugar no mundo, trazendo o discurso para si, pelo uso da primeira pessoa e sobrepondo-se à voz do narrador. Contudo, tal voz contradiz seu pensamento, apontando que não seria mais que um visitante; mas novamente o personagem toma a narração e, em itálico, reafirma que ele, sim, pertence à fazenda, novamente fazendo sua voz se sobressair à do narrador. Aqui está um dos momentos importantes: ele pode narrar, pois pode imputar sobre si a responsabilidade de seus atos, bem como da narração da própria vida. A fazenda, portanto, é o local da liberdade, mas também é um local de segurança, pois é o lugar mais distante que está preparado a ir e, assumir isso, por sua própria voz, é um dos elementos que demarca o seu percurso de reconhecimento.

O que interpretamos dessa falta de entendimento das diferenças que emergem na vida social é que isso reverbera uma necessidade de perceber-se nesse ambiente: ele precisa entender o mundo para se entender e se entender para entender o mundo. Isto é, ele necessita se reconhecer; contudo, não consegue construir um saber sobre a própria vida se não consegue compreender o mundo a sua volta.

Esse mundo em que John está inserido é o contexto do *Apartheid*, em que a segregação e a violência imperam. Tanto que as diferenças relacionadas às questões raciais são as que mais o perturbam. João Pedro Wiziniewsky Amaral (2016) aponta que essa análise não é um processo racional e não traz confirmações denunciatórias, tanto que o termo *Apartheid* não chega a ser mencionado textualmente. Sobre isso, se manifesta dizendo que “[...] o que pode ser evidenciado [...] são suspeitas da criança sobre esses atos discriminatórios” (Amaral, 2016, p. 59). O autor observa a incidência de dois sentimentos em relação a tais eventos: a vergonha e a culpa. Isso reforça a ideia de que ele não se sente pertencente àquela ambiência, o que perpassa pela necessidade de reconhecer-se.

¹⁵ “Na verdade é embaraçoso ter Tryn e Lientijie em casa. Ele não gosta quando passa por Lientijie no corredor e ela tem que fingir que é invisível e ele tem que fingir que ela não está ali. Ele não gosta de ver Tryn de joelhos no tanque lavando suas roupas. Ele não sabe como respondê-la quando ela lhe fala na terceira pessoa, o chamando de ‘die kleinbaas’, o pequeno senhor, como se ele não estivesse presente”.

¹⁶ O termo ‘Coloured’ é traduzido como ‘pessoa de cor’, e não ‘mestiço’, que remetaria a uma possível miscigenação; pois, como salienta Amaral (2016), imigrantes asiáticos, sobretudo indianos, também eram considerados ‘coloured people’ e, da mesma forma, sentiam o peso da segregação.

¹⁷ “Lá não havia ninguém para brincar, a não ser as crianças de cor”.

¹⁸ “A fazenda pertence a mim. A fazenda nunca pertencerá a ele, ele nunca será mais que um visitante: ele aceitou isso. Pensar em viver, de fato, em Voëlfontein, em chamar a grande casa velha sua casa, em não ter mais que pedir permissão para fazer o que ele quer, o deixou atordoado; ele se livrou daquilo. Eu pertenço à fazenda: aquele é o lugar mais longe que ele está preparado para ir, mesmo bem no fundo do seu coração”.

Por estas linhas, reforçamos nossa hipótese do reconhecimento de si, pois a necessidade de conhecer o mundo perpassa pelo processo de se reconhecer. Isso porque ao não entender os estigmas e a diferença pertencentes ao mundo, ele não se entende, o que implica um *eu* constituído em face do mundo pela articulação da experiência pela narrativa.

A constituição do eu, nesse sentido, torna-se espaço para focalização da identidade. A diferença demarca sua desestabilização, sendo motor dos processos identitários. Assim, a identidade encontra-se em constante movimento de reinvenção, uma vez que a alteridade, o contato com o outro e, por extensão, com a diferença, é inerente à vida social.

Ao visualizar a identidade pelo prisma da projeção da matéria vivida na narrativa, vale considerá-la nos termos de Ricoeur (2010a), como uma categoria prática: é a ação do sujeito em relação ao tempo que o constitui. A identidade, portanto, se desvela no ato narrativo, pois este é *mimesis* da ação no mundo. Isto é, a identidade pessoal toma forma de identidade narrativa.

Desse modo, Coetzee dá forma ao seu processo identitário ao transformar sua experiência em material narrativo. Ao considerar a relação de identidade entre autor, narrador e personagem, o que está posto no discurso é a enunciação da própria vida e, desse modo, tem-se um processo de reflexão sobre si mesmo. Assim, faz-se necessário lembrar dos termos de Ricoeur (2010a, p. 419) de que “[...] o si do reconhecimento de si é fruto de uma vida examinada”.

A fenomenologia do homem capaz torna-se, aqui, dispositivo teórico para problematizar a questão, uma vez que as capacidades de dizer, fazer, narrar e imputar, subjacentes ao procedimento de reconhecer-se, usadas como chave de leitura para a narrativa de Coetzee, sistematizam o reconhecimento de si.

Pelas vozes dos personagens John é nomeado, assim a ação é atribuída a um ser, um ser que desse modo é reconhecido; isto é a capacidade de dizer. A capacidade de agir, por sua vez, percorre toda a narrativa, pois esta mesma é uma mimetização das ações do personagem. A terceira capacidade, de narrar, e, especialmente, de narrar-se, configura a projeção da identidade pessoal no ato narrativo, ou seja, contando a própria vida o ser se reconhece. Contudo, a última capacidade, de imputar a si mesmo a responsabilidade de narrar a própria vida, põe-se de uma maneira mais complexa: à primeira vista, Coetzee se nega a narrar a própria vida ao narrar-se em terceira pessoa, mas, considerando a equação de Lejeune (2014) (autor = personagem, autor = narrador, personagem = narrador), ele, sim, consegue se responsabilizar pela narração de si, mas o faz com um distanciamento necessário para se entender, ou seja, ele precisa tomar distância de si para poder reconhecer-se. Ainda, no pensamento de Ricoeur, a imputabilidade refere-se ao campo acional do si, responsabilizar-se pelas suas ações. Sobre isso, aplica-se o mesmo raciocínio da responsabilidade de narrar-se, pois a tentativa de afastar-se das suas ações delegando-as ao personagem enquanto assume a forma da figura do narrador não passa de uma tentativa, pois a equação do pacto autobiográfico converge, novamente, as ações para si. Desse modo, consegue afastar-se de si e de suas ações apenas no plano do discurso, pois a narrativa revela a relação de identidade entre as figuras do personagem, do narrador e, conseqüentemente, do autor.

Ademais, há de se observar esse distanciamento em uma dupla concepção: primeiramente discursivo, pois o gerenciamento das vozes narrativas expressa um afastamento do si; e também um afastamento temporal, já que a distância de tempo é fundamental para o aprimoramento da visão de mundo apresentada pela figura ficcional. Essa construção formal revela uma fragmentação da experiência, como preconizada por Benjamin (2012) sobre a narração e as dinâmicas do vivido a partir da modernidade. O sujeito representa a sua história de vida tendo como um dos esteios a fragmentação do eu, que se estabelece pelo contraste entre um eu narrante e um eu narrado. Ainda, o exercício narrativo funciona como um inventário de episódios que organiza e transmite a experiência do sujeito.

Por esse contexto, emerge o ser reconhecido que pela narrativa projeta a sua identidade. A compreensão do mundo e a compreensão de si confundem-se no discurso, pois ele diz: “The sky opens, he sees the world as it is, then the sky closes and there is himself again, living the only story he will admit, the story of himself” (p. 161, tradução nossa)¹⁹. Dadas as propriedades poéticas e metafóricas, observamos a necessidade que ele tem de narrar-se, pois só assim ele se reconhece, dado que independentemente das histórias que existam, até mesmo da própria História, a que realmente tem valor é a sua própria, visto que ali está a representação do seu ser. E, também, admitir somente a sua história, a história da sua vida, faz com que ele se reconheça imputando sobre si a responsabilidade de contá-la. É nesse momento que ele consegue se ver, pois enxerga o mundo como ele é: o entendimento de si é, pois, um entendimento do mundo.

¹⁹ “O céu se abre, ele vê o mundo como ele é, e depois o céu se fecha e lá está ele novamente, vivendo a única história que ele poderá admitir, a sua própria história”.

Ao final da narrativa, o leitor tem papel fundamental de unir as experiências vividas pelo personagem e construir uma imagem que remete a sua identidade. Nesse ponto tem-se um menino, branco, na África do Sul, descendente de europeus, que busca entender o que está acontecendo a sua volta em um complexo processo político de segregação que o inquieta.

No último capítulo, é mostrada a morte de Tia Annie, que tinha uma veia de escritora, cujos textos são encontrados pela mãe e compartilhados com ele. A partir disso, o narrador lança duas perguntas que ficam sem resposta: “How will he keep them all in his head, all the books, all the people, all the stories? And if he does not remember them, who will?” (p. 166, tradução nossa)²⁰. Assim, pelas narrativas de sua tia, ou seja, pela narrativa do outro, ele questiona a necessidade da memória, pois é a partir dela que ressignificamos a nossa experiência e a do outro.

Não podemos deixar escapar, portanto, que o empreendimento narrativo de Coetzee também é um exercício de memória, pois é através da sua lembrança que a narração é construída. E, ainda, o espaço da narrativa é o lugar de salvaguardar do esquecimento as experiências que conduziram o seu processo identitário.

Observamos, pois, que no início e no decorrer da narrativa, o ‘eu’ está em desarmonia com o mundo: o não entendimento das diferenças promove a desestabilização da identidade. Tal descompasso é rompido ao final da narrativa, quando o *eu* e o mundo se harmonizam por meio da narração da própria vida. Ou seja, a narração é motivada pela divergência das duas instâncias e ela mesma as realoca em um estado de equilíbrio. E, por esse operativo, o personagem alcança o seu percurso de reconhecimento.

Assim sendo, a identidade, delimitada pela ação no mundo, é colocada em interlocução com a memória, no resgate da sua experiência, e com a alteridade, uma vez que a experiência do outro também motiva a reflexão sobre si. Tais elementos são projetados na narração, pois ao contar a própria experiência, a própria vida, o sujeito dá forma a sua identidade.

Considerações finais

Este trabalho apresentou um estudo sobre o reconhecimento de si em *Boyhood*, de J. M. Coetzee, e o seu encadeamento na formulação de identidade focalizada pela projeção discursiva do eu como outro. Tal resultado é atravessado pela investigação da forma como o sujeito se reconhece na narrativa ao organizar sua experiência por meio da narração; considerando o potencial formativo de identidade de que é dotado o gênero autobiográfico, aqui discutido sob o prisma teórico da fenomenologia do homem capaz.

Assim, a análise da narrativa, articulada à discussão teórica, confirma nossa hipótese inicial de que a narração é o espaço do reconhecimento de si pela projeção da experiência no discurso narrativo. As propriedades formais singulares, materializadas pelos arranjos discursivos que projetam o ‘eu’ como um ‘outro’, atestam que, por mais que o sujeito tente se afastar de si, projetar a matéria vivida no discurso é inerente ao processo de narração. Além disso, vemos a projeção de si mesmo como uma terceira pessoa enquanto uma necessidade: para conseguir reelaborar a experiência, o homem precisa de certo distanciamento, como sintetiza a epígrafe que trazemos de Saramago (1998, p. 10), “[...] que não nos vemos se não saímos de nós”. Esse distanciamento que observamos é colocado em duas vias que se interseccionam: o distanciamento discursivo, ao projetar-se como um outro, pela terceira pessoa gramatical e o distanciamento temporal, pois o narrador/autor, já adulto, tem uma outra perspectiva sobre a infância. Desse modo, ao afastar-se temporalmente emerge a necessidade de se afastar discursivamente.

Pela lente da fenomenologia do homem capaz, percebemos que a narrativa de Coetzee se constrói em torno da falta de entendimento do personagem sobre o mundo que o cerca e, simultaneamente, uma necessidade de se reconhecer nesse mundo demarcado pelas diferenças. Assim, a figura ficcional é construída pelas descobertas que faz sobre o mundo a sua volta em um contexto discriminatório, sendo as observações do personagem feitas pelos seus olhos de infante, mas organizadas na narração pelo narrador adulto.

As demandas subjetivas do personagem, a necessidade de reconhecimento, é o que impulsiona os processos identitários focalizados na narrativa pela constituição do ‘eu’. O ‘eu’ se constitui pela enunciação da própria vida em interlocução com os signos da diferença perpetrados no tecido social. Assim, as inquietações de John a respeito das situações discriminatórias são os elementos sociais, externos a ele, que motivam a análise da sua vida e culminam em um processo de reinvenção de si na narrativa literária.

Diante desse percurso de investigação, observamos que a formulação da identidade é evidenciada de forma mais aguda nas diversas modalidades de escrita de si, com especial ênfase na autobiografia, uma vez que ao

²⁰ “Como ele irá manter tudo aquilo na cabeça, todos os livros, todas as pessoas todas as histórias?”.

empreendimento autobiográfico subjaz um exame da própria vida que é a gênese de qualquer processo de reconhecimento e reformulação de identidade.

A narrativa, portanto, é um espaço de reflexão sobre o ser, seja o ser que tem sua vida narrada, seja o ser que, no ato da leitura, se envolve com essa experiência que não é a sua, mas que o afeta. Assim, o 'eu' se constitui pelas constantes transmutações da experiência vivida em histórias: ao contar-se, o si se revela e se reconhece e, ao ler, o leitor se identifica e examina a sua vida a partir da vida do outro.

Referências

- Amaral, J. P. W. (2016). *A escrita de si em Boyhood, de J. M. Coetzee* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política* (S. P. Rouanet, Trad.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Coetzee, J. M. (1997). *Boyhood: scenes from provincial life*. New York, NY: Viking Penguin.
- Fortunato, M. V. (2012). Autobiografia e representação de si mesmo: Graciliano segundo Graciliano. *Veras*, 2(2), 150-164. DOI: <http://dx.doi.org/10.14212/veras.vol2.n2.ano2012.art96>
- Gagnebin, J.-M. (1993). Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin. *Perspectivas*, 16, 67-86.
- Gagnebin, J.-M. (1997). Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*, 11(30), 261-272.
- Lejeune, P. (2014). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet* (J. M. Gerheim & M. I. C. Guedes, Trad.). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Remédios, M. L. R. (1997). Literatura confessional: o espaço autobiográfico. In M. L. R. Remédios (Org.), *Literatura confessional: autobiografia e ficcionalidade* (p. 9-15). Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.
- Ricoeur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento* (N. Campanário, Trad.). São Paulo, SP: Loyola.
- Ricoeur, P. (2010a). *Tempo e narrativa III: o tempo narrado* (C. Berliner, Trad.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Ricoeur, P. (2010b). *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica* (C. Berliner, Trad.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Ricoeur, P. (2014). *O si-mesmo como outro* (I. C. Benedetti, Trad.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Santo Agostinho. (2004). *Confissões* (J. O. Santos & A. A. Pina, Trad.). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Saramago, J. (1998). *O conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Viñao, A. (2000) A modo de prólogo: refugio del yo, refugios de otros. In A. C. V. Mignot, M. H. C. Bastos, & M. T. S. Cunha (Orgs.), *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica* (p. 9-15). Florianópolis, SC: Mulheres.